



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**TRANSCRIÇÃO DA 12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA,
REALIZADA PELA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E
LEGALIDADE, PARA DISCUTIR O PLO 117/2016,
PROCESSO 221.602, DE AUTORIA DO SR. PREFEITO
MUNICIPAL, QUE “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2017 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, AOS 18 DE MAIO DE 2016,
QUARTA-FEIRA, ÀS 14H11, NO PLENÁRIO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CAMPINAS, À AVENIDA ENGENHEIRO
ROBERTO MANGE, N° 66.**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66**

COMPOSIÇÃO DA MESA

SR. VEREADOR THIAGO FERRARI	PRESIDENTE
SR. VEREADOR ANDRÉ VON ZUBEN	LÍDER DE GOVERNO
SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SR. GUZTAVO HENRIQUE ZUCCATO	ASSESSOR DO SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS HAMILTON BERNARDES JÚNIOR

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66**

VEREADORES PRESENTES

SR. VEREADOR CARLÃO DO PT

SR. VEREADOR LUIZ ROSSINI

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI

SR. VEREADOR PASTOR ELIAS AZEVEDO

SR. VEREADOR PROFESSOR ALBERTO

SR. VEREADOR ZÉ CARLOS

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

ASSESSORES E DEMAIS PRESENÇAS

SRA. CARMEM MAGDA GHETTI SENRA	PSICÓLOGA E VICE- PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SRA. ELIANE JOCELAINÉ PEREIRA	COORDENADORA SETORIAL DE APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL
SRA. FABIANA GONÇALVES	ASSESSORA DO SR. VEREADOR ANGELO BARRETO
SRA. JACIARA CRISTINA DA SILVA	CONSELHEIRA DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE
SRA. JANDIRA PERIN	ASSESSORA DO SR. VEREADOR JEZIEL SILVA
SR. JARBAS AMARAL	ASSESSOR DO SR. VEREADOR ARTUR ORSI
SRA. LUCILENE FELIPE GOMES	ASSESSORA TÉCNICA DA FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS "FEAC"
SRA. REGIANE ALVES COSTA FAYAN	CONSELHEIRA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

ASSESSORES E DEMAIS PRESENCAS

SR. RENATO DE CAMARGO BARROS	DIRETOR DE PROJETOS, REPRESENTANDO O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA PEDRO LEONE LUPORINI DOS SANTOS
SR. UBIRAJARA DIAS DE ANDRADE	CONSELHEIRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SR. WALTER LUÍS LOT PONTES	DIRETOR FINANCEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Boa tarde a todos.

14 horas e 11 minutos. Iniciamos os trabalhos aqui.

Gostaria de convidar o sr. Guztavo Henrique Zuccato, que nesse momento representa o Secretário Municipal de Finanças, Hamilton Bernardes, o qual já deixou designado e registrado desde já que não pôde comparecer a esta presente audiência em decorrência das tratativas junto com o sindicato. Nesse horário foi aberta uma mesa de negociação na Prefeitura, o Secretário me ligou justificando, e nós entendemos por bem prosseguir com essa Audiência para que a gente possa caminhar com essa discussão aqui das leis das diretrizes orçamentárias.

Gostaria também de convidar, registrar a presença do Vereador André von Zuben, Líder de Governo, e convidá-lo a participar aqui da Mesa.

Registrar a presença do Vereador Marcos Bernardelli, Vice-Líder do Governo, PSDB. Registrar a presença da Jandira Perim, representando o Vereador Jeziel Silva; a Fabiana Gonçalves, representando o Vereador Angelo Barreto; o Jarbas Amaral representando o Vereador Artur Orsi; a Carmen Senra, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, nós temos que deixar registrado; do Ubirajara Andrade, Tesoureiro do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, também registramos a presença.

Antes de passarmos a palavra ao Vereador André von Zuben, gostaria também de registrar a presença do Renato Barros, Diretor de Projetos da Secretaria Municipal de Infraestrutura, representando o Secretário Pedro Leone Luporini.

Vereador André von Zuben, até para seguir o nosso procedimento, apenas passo a palavra a vossa excelência, representando como Líder do Governo do Executivo, passo a palavra a vossa excelência para fazer tecer breves considerações ou para passar direto já a palavra para o Guztavo.

SR. VEREADOR ANDRÉ VON ZUBEN: Obrigado, Presidente Thiago.

Boa tarde a todos presentes, aqueles que nos assistem pela TV Câmara, e agradeço também a oportunidade de estar compondo a Mesa dessa Audiência Pública do Projeto de Lei 117/16, que cuida da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017.

Cumprindo inclusive determinações legais, e como, já vem fazendo o Governo Jonas ao longo do seu mandato, tem procurado apresentar peças contábeis realistas. Porque infelizmente a gente tem visto em outras esferas de governo, em outras cidades, e mesmo no Brasil, peças orçamentárias que não condizem com a realidade e acabam gerando toda uma distorção contábil no poder público, o que é péssimo. Isso desagrega, desorganiza a administração pública e conseqüentemente dificulta a boa gestão e a transparência das contas públicas.

Então eu queria destacar isso e dizer que, do ponto de vista do projeto em si, ele não tem grandes alterações em relação a LDO do ano passado, que fez, vigorando a partir desse ano, mas ele cumpre todas as determinações e necessidades para que o orçamento do ano que vem possa ser encaminhado a esta Casa até o final de setembro, e aí nós possamos discutir mais detalhadamente aonde serão aplicados os recursos, e de onde virão as receitas.

Obrigado, sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Eu que agradeço.

Também gostaria de registrar a presença e também solicitar que João Carlos Ribeiro da Silva componha a Mesa, uma vez que ele é Diretor de Contabilidade e Orçamento na Secretaria de Finanças, o qual também vai fazer uma exposição aqui da Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Então a palavra está com o Guztavo, com o João.

Vocês fiquem à vontade aí para exposição.

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: Bom dia, Presidente Thiago, que está comandando os trabalhos desta Audiência Pública; aos nossos representantes aqui da Secretaria de Finanças; a todos os vereadores aqui presentes.

Essa Audiência Pública a gente vai discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi colocada aqui na Câmara no dia 15 de abril, no período que foi o mês passado, que deu entrada aqui, e a gente está aqui para discutir alguns pontos dessa Lei de Diretrizes Orçamentárias e também apresentar as metas que estão sendo propostas para o orçamento de 2017.

Inicialmente, só para constar, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias ela está prevista na Constituição Federal. Ela é um instrumento de curto prazo. Diferentemente do PPA que é para 4 anos, a LDO todo ano tem uma Lei de Diretrizes Orçamentária, onde é informado aqui as metas anuais. Também está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E a gente passa por algumas definições que são importantes na Lei das Diretrizes Orçamentárias, e uma delas são as receitas primárias ou receitas não-financeiras, que correspondem ao total das receitas deduzidas das operações de créditos, as provenientes de rendimento de aplicação financeira, e retorno de operações de crédito, juros e amortização, e o recebimento de recurso oriundo de empréstimos concedidos e receitas de privatizações. Então essa é a definição da receita primária.

E a despesa primária, ou despesa não financeira, que corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, e com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Passadas essas definições, também a gente tem aí do confronto entre receita primária e despesa primária o resultado primário. O resultado primário vem muito se discutindo até em âmbito federal devido ao fatos ocorridos recentemente. Ele representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias. Delas são excluídos os juros, receitas financeiras, receitas de privatizações, os encargos e o principal da dívida pública, e indica os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias.

Então a conta básica é essa: resultado primário é igual a receitas financeiras... receitas primárias ou receitas não-financeiras menos despesas primárias, e também se conclui a despesa não financeira; esse é o resultado primário. E o resultado nominal,

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

ele representa a diferença do saldo da dívida líquida em 31 dezembro confrontada com 31 de dezembro do último ano, do último exercício; esse é o resultado nominal.

Passando para o anexo das metas fiscais *[indicando a projeção]*, as metas anuais de 2017 a 2019, esse é um demonstrativo onde a gente leva em conta aquilo que foi arrecadado nos últimos três anos, e também o PIB, a questão da inflação, tudo isso é levado em conta para a gente fazer esse cálculo das metas anuais, e abrange toda a administração, a administração direta e indireta.

O cálculo das metas fiscais, considerando o cenário macroeconômico, como a gente já havia dito, a gente usa também os dados da Fundação Seade para fazer essa evolução.

Para 2017, além de todas as gamas de dados que são feitos, levando em consideração o resultado de exercícios anteriores, os dados da Fundação Seade, os levantamentos da Fundação Seade, também é apresentado pela deflação das variações previstas do IPCA. Isso *[indicando a projeção]* são os parâmetros macroeconômicos, uma fonte da Fundação Seade e também do Banco Central. Então o IPCA tem previsto até 2019, e tem os projetados pela Fundação Seade, e também o PIB de São Paulo, projetado também pela Fundação Seade, que foram os fatores utilizados para as avaliações.

A tabela seguinte *[indicando a projeção]* ela demonstra para a gente, esse quadro são as metas anuais. Só que para eu ler na tabela está difícil, deixa eu pegar o meu... É, está pequeno não sei qual que está pior, se é o meu papel ou o que está na tabela. Bom, só...

Então, vamos lá. A receita total para 2017 foi prevista de R\$ 5,454 bilhões; a receita primária... da receita total... então, eu estou fazendo aquela conta lá, deduzidas as receitas financeiras como juros e correção, então, a receita primária prevista de R\$ 5,019 bilhões e a despesa total igualmente à receita total é de R\$ 5,454 bilhões, e a despesa primária de R\$ 5,248 bilhões. Isso dá um resultado primário negativo de R\$ 229 milhões; e o resultado nominal positivo de um R\$ 1.414 bilhão, é o que significa um aumento do endividamento.

Explicando um pouco a questão do resultado primário ser negativo, onde a receita primária está em prevista em R\$ 5,019 bilhões e a despesa primária R\$ 5,248 bilhões. O que acontece? O projeto de lei para o ano que vem ele prevê investimentos, principalmente com o BRT, e as questões de asfalto. Todas essas obras estão sendo financiadas, e inclusive recentemente foi aprovado aqui, essa semana acho que foi sancionado, um projeto de lei onde autoriza o governo a pegar um empréstimo na Caixa Econômica Federal da ordem de R\$ 250 milhões. Então, isso é uma operação de crédito, que é o que a gente explicou no começo da explicação o que que é a receita primária e o que é receita não-primária.

Então, operação de crédito é uma receita não-primária porque ela não vem dos tributos e dos impostos recolhidos pelo Município; ela vem de uma operação de crédito junto ao banco. Então, por ser uma receita não-primária, ela é excluída do total da receita primária, e com isso... Só que ela vai financiar uma despesa primária que é a construção da linha para o BRT e a questão do asfalto em vários bairros do Município. Então uma receita não-primária que está financiando uma despesa primária. Com isso você tem um resultado primário projetado negativo.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Dando continuidade nessa mesma tabela da meta fiscal *[indicando a projeção]*, a dívida pública consolidada prevista para 2017 é de R\$ 1,414 bilhão.

Na tabela seguinte *[indicando a projeção]* a gente demonstra aquilo que aconteceu em 2015, o que foi previsto e o que foi realizado. Então, em 2015 a receita prevista era de R\$ 4,434 bilhões e foi realizada a R\$ 4,113 bilhões; a receita primária prevista era de R\$ 4,341 bilhões e foram realizados R\$ 3,976 bilhões; da despesa total de R\$ 4,414 bilhões foram realizados R\$ 4,241 bilhões; e a primária, despesa primária, foi previsto R\$ 4,281 bilhões e realizados R\$ 4,147 bilhões; o resultado primário previsto era de R\$ 60,548 milhões e o resultado foi negativo de R\$ 171,397 milhões; ao resultado nominal a previsão era de R\$ 84 milhões e o realizado foi de R\$ 194 milhões; a dívida pública prevista era de R\$ 1,452 bilhão e o realizado foi de R\$ 1,489 bilhão; à receita primária o resultado ficou negativo esse ano aqui em função dos problemas econômicos que vem acontecendo no país como um todo e a queda de arrecadação.

Aqui em Campinas deixamos de receber recursos que estavam previstos no orçamento da União de contratos firmados, principalmente no Ministério das Cidades, da ordem de R\$ 200 milhões que deixaram de entrar no cofre; e das receitas próprias R\$ 100 milhões também que deixaram de ser arrecadados, isso resultou em um resultado primário negativo de R\$ 153 milhões.

Na tabela seguinte *[indicando a projeção]* a gente passa para as metas para o orçamento de 2017 de cada secretaria. Não colocamos aqui na apresentação todas as secretarias e destacamos as principais, os principais investimentos que estão previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e conseqüentemente, futuramente, na lei orçamentária.

Na Educação a gente destaca o Programa 13 – Minha Escola Bem Cuidada, onde tem três ações com meta para 2017. Uma delas é a Ação 83, que é a construção, reforma e manutenção de unidades de educação infantil, cuja meta para 2017 é de 46 unidades reformadas e construídas; tem a Ação 84, que é a construção de centro de educação infantil, que também tem uma meta de uma unidade para o ano que vem; e a Ação 85, que é a construção, reforma e manutenção de ensino fundamental, cuja meta para 2017 é de 30 unidades reformados ou construídas. Esses são os principais destaques em termos de investimentos na educação.

A próxima tabela *[indicando a projeção]* é da Saúde, onde nós destacamos a Ação 68, que é a construção de unidades de urgência e emergência e serviços de especialidades de retaguarda e de apoio, onde a meta para a saúde lá ela estabelece em percentual sobre o total; ela estabeleceu uma meta para 2017 de 45% de realização, onde nesta ação destacamos a construção do CRAIM, do PS Metropolitano, do PS Suleste, da UPA Leste, e tem previsão de recurso federal de R\$ 8,614 milhões, e contrapartida municipal de R\$ 6,731 milhões. Tem a Ação 107 também, que é construir unidades de saúde e academias da saúde; o percentual previsto de meta de 65% de realização onde eles destacam aqui a Academia de Sousas, a Academia do Distrito Sul, o CS Lisa, o Centro de Saúde San Diego, o Centro de Saúde Norte, CS Village, com recurso federal da ordem de R\$ 2,865 milhões e contrapartida do Município de R\$ 3,718 milhões. Essas são as principais da saúde.

Na sequência nós destacamos o Transporte *[indicando a projeção]*, onde há o

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Programa 40 – mobilidade urbana; nós temos aí a Ação “Implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo BRT”. Hoje a licitação está prevista para acontecer agora em junho de 2016, e também a fonte de recurso desta ação aqui é a operação de crédito. A meta para 2017 é ter 60% realizado. Ainda no transporte tem a Ação 276, que é a implantação do plano cicloviário com objetivo de 30% da meta, e o objetivo da Secretaria é de 122,8 km de ciclovia para os próximos anos. Aí as ações do transporte.

A próxima é a Infraestrutura *[indicando a projeção]*, onde a gente destaca o Programa de Ampliação, Readequação, Pavimentação e Manutenção de Vias e Estradas; a Ação 134 é o PAC Pavimentação 2ª Etapa, uma meta de 50% para 2017 do total realizado. Em execução destacamos alguns aqui: Jardim Fernanda, Alto do Ipaussurama, Vila Esperança, Jardim do Lago – continuação, Jardim São Marcos, Jardim Marisa, Jardim São Judas Tadeu, Jardim Uruguai; e a fonte de recurso também é operação de crédito do Programa Pró-Transporte, com contrapartida municipal e também da União. Tem a Ação 161, que é a pavimentação e obras complementares, e planos comunitários, onde a meta da Secretaria é 80% realizado em 2017. Tem um outro programa que é de contenção e prevenção de enchentes, com uma ação de recuperação e construção de obras de macrodrenagem e obras complementares inclusive o PAC Taubaté e Santa Lúcia, cuja meta para 2017 é de 11 pontos de enchentes eliminados. Essas são as metas da Secretaria de Infraestrutura.

E passamos para a Secretária de Esportes *[indicando a projeção]*. Na Secretária de Esportes tem um programa que chama Movimenta Campinas, onde ele tem a Ação 383, que é a construção, ampliação e reforma de espaços esportivos municipais. A meta para 2017 são de três unidades, que é a construção da quadra poliesportiva Vila Rica, reforma de 10 praças esportivas, e construção do Centro de Iniciação ao Esporte no Parque Dom Pedro II. A outra ação é a 384, que é a construção e implantação do Centro Esportivo de Alto Rendimento – CEAR –, com meta para 2016 de cinco modalidades esportivas; e tem a construção do Ginásio Poliesportivo no CEAR; a construção de alojamento com refeitório, lavanderia e sala de reunião; academia e vestiário para as quadras de tênis no CEAR; e a construção do Centro de Treinamento de Badminton. Esses são os destaques do Esporte.

Na sequência temos a Secretaria de Cultura, onde tem o Programa Mãos Dadas com a Ação 314, que é a construção de equipamentos culturais; a meta da Secretaria é a construção do Teatro de Ópera, e a meta é de 67% das obras realizadas já em 2017. É importante frisar que este teatro tem verba estadual prevista. Tem também a Ação 390, que é a temporada de espetáculos e ações culturais do Município com a meta para 2017 de 50 espetáculos realizados.

Bom, essas são as principais diretrizes e metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a gente agradece a atenção, e estamos à disposição para as perguntas, eventuais dúvidas, que o público tiver. Obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Eu que agradeço, João.

Eu já deixo aberto aqui o microfone para os presentes que quiserem se manifestar; a meu lado esquerdo aqui está aberto o microfone.

Registro a presença do Vereador Professor Alberto também, do Vereador Carlão do PT, e mais uma vez a presença do Vereador Marcos Bernardelli, ao qual eu abro a

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

palavra para os vereadores que quiserem fazer algum tipo de pergunta.

Vereador Marcos Bernardelli... Vereador Professor Alberto... Tem alguma dúvida... Vereador Carlão do PT...

SR. VEREADOR PROFESSOR ALBERTO: Boa tarde, sr. Presidente, Vereador Thiago Ferrari; Líder do Governo, Vereador André von Zuben; e aos demais membros da Mesa, Vereador Marcos Bernardelli, Vereador Carlão do PT e público presente.

Aqui na meta de 2017 na área da educação, a meta está 46 unidades reformadas e construídas e a construção de uma unidade. Só uma unidade para a meta de 2017?

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: Sim, o que está na peça é a construção de uma unidade. Têm unidades em andamento que estão sendo construídas que se não forem inauguradas dentro desse ano ela passa para o ano seguinte, mas ela é uma meta desse ano. Mas para o ano que vem é prevista uma unidade.

SR. VEREADOR PROFESSOR ALBERTO: Ok, sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Vereador Carlão do PT...

Alguém do público?

[silêncio]

Eu solicito que, para que a gente possa ouvir todos, a gente dê um tempo de dois minutos, e que a pessoa que for fazer sua colocação que se identifique, por favor, porque isso tudo vai ficar documentado, transcrito, *[ininteligível]* aqui no processo.

SR. WALTER LUIS LOT PONTES: Boa tarde a todos os presentes. Vereador Thiago Ferrari, em nome da sua pessoa eu tenho esse desejo a todos os presentes, uma excelente tarde.

Complementando a fala do João...

Perdão, Walter Luis Lot Pontes, Diretor do Departamento financeiro na Secretária de Educação.

A pergunta do Vereador Professor Alberto e com a fala e a apresentação do Departamento de Contabilidade e Orçamento, uma observação apenas: Essa previsão que se havia para 2017 de término e entrega de um Centro de Educação Infantil Bem Querido, as antigas naves-mães, é a do São José, que será a inauguração agora no mês de junho, está certo. Existem ainda outras creches a serem entregues e aí sim, no decorrer de 2017, temos a previsão de quatro entregas das creches tipo B, ok. E a previsão que tínhamos no final da obra, se tivesse algum atraso, nós precisaríamos utilizar o exercício de 2017 para a conclusão de um Centro de Educação Infantil Bem Querido. Graças a Deus não foi necessária essa postergação e a entrega será, repito, no final do mês de junho. Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. UBIRAJARA DIAS DE ANDRADE: Na pessoa do Presidente da Mesa eu cumprimento a todos os demais.

Sou Ubirajara Andrade, represento no momento o CMDCA – Conselho Municipal do Direito das Crianças e Adolescentes –, e eu queria só questionar o fato não termos nenhuma informação, e questionar sobre a questão da Assistência Social. Não temos elemento nenhum e acreditamos que fosse necessário que isso tivesse apresentado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Eu também gostaria de constar, era uma das coisas que em decorrência da crise é fundamental, duas secretarias serão fundamentais: Assistência Social e Trabalho e Renda. Mas eu acho que é importante a gente frisar para a gente buscar essas discussões porque a gente vê o reflexo da crise e o papel do estado, principalmente da Prefeitura, nessa circunstância, nesse papel específico. Então é importante frisar essa colocação com o qual eu reitero também.

SRA. CARMEN MAGDA GHETTI SENRA: Meu nome é Carmen Senra, eu sou Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social, e estou atualmente na Presidência desse Conselho.

Cumprimento a Mesa, cumprimento a plateia aqui hoje presente na Câmara.

Eu concordo com a fala que o Ubirajara trouxe e eu gostaria de fazer alguns apontamentos nesse momento para a Audiência.

Primeiro, considerar o que já foi trazido pela Mesa que é o contexto econômico pelo qual o país passa nesse momento, e refletir que, de fato, a crise, o momento de recessão, eles têm rebatimentos diretos no atendimento da política pública de assistência social. Um quadro como o que nós vivenciamos, ele aumenta a vulnerabilidade social da população de uma metrópole especialmente. É necessário ter esse apontamento da crise e do rebatimento para essa política.

Considerar o contexto político também que o país vivencia: a política de assistência social no nível federal sofreu uma junção de ministérios, o MDS [*Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*] foi fundido ao [*Ministério de*] Desenvolvimento Agrário, e é importante que o Município, tanto o Executivo quanto o Legislativo e os conselhos estejam atentos ao que significa isso para o Sistema Único da Assistência Social [*SUAS*], para que não ocorram retrocessos, e fazer a defesa desse sistema.

A defesa desse sistema passa por uma qualificação também de financiamento dessa política, tanto da rede pública quanto a rede privada, da rede sócio-assistencial desse Município. Dentro desse contexto o Conselho da Assistência, ele tem como atribuição a construção a análise e aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social. É uma das atribuições desse Conselho.

Pontuar que ano passado nós tivemos avanços com reuniões envolvendo essa Casa e o Executivo e os conselhos para discussão, mas que é importante que o Conselho faça essa discussão antes que a LOA seja enviada à Câmara, gostaria de fazer este apontamento.

E, por fim, colocar esse desafio, realmente, que é de uma conjunção de esforços, tanto do Conselho quanto do Legislativo e do próprio Executivo, para que

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

essa política se consolide, para que o SUAS [*Sistema Único de Assistência Social*] de fato seja implantado e consolidado numa metrópole.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Muito obrigado. Gostaria de registrar a presença da Lucilene Felipe Gomes, Assessora Técnica da FEAC; também do Vereador Luiz Rossini, do Vereador Pastor Elias Azevedo, e do Vereador Zé Carlos.

Mais alguém que quiser fazer uso da palavra?

Bom, eu gostaria de reforçar as colocações aqui elencadas, principalmente na área de assistência social, porque eu entendo que com essa crise que nós estamos passando, e que todas as previsões nos mostram que a gente vai ter no mínimo uns três anos até as coisas se apurarem, eu vejo que a gente tem que olhar com muita atenção e cuidado a área social.

A crise econômica provoca aquele efeito dominó que é o desemprego. O desemprego gera vulnerabilidade, tensionamento, gera questões de segurança pública, o aumento do uso dos Centro de Saúde em decorrência da perda dos convênios médicos, escolas. Então é um efeito dominó. E eu acho que é importante a gente levantar essa discussão para que no orçamento a gente tenha dois cuidados: realmente, quantitativamente, o valor que vai ser arrecadado, e qualitativamente os cuidados que a gente tem que ter com essa população que está ficando cada vez mais desguarnecida.

Então eu também gostaria de registrar isso porque eu acho que é fundamental a gente focar a área da saúde, da educação, mais a assistência social, a parte de emprego. Eu acho que é importante a gente focar isso, fazer essa discussão, eu gostaria de reiterar aqui, deixar registrado também.

SR. GUZTAVO HENRIQUE ZUCCATO: [*pronunciamento fora do microfone*]

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Lógico Guztavo, fica a vontade.

SR. GUZTAVO HENRIQUE ZUCCATO: Boa tarde a todos, Excelentíssimo Vereador Thiago Ferrari, Presidente, na pessoa de quem saúdo todos os componentes da Mesa, todos os Vereadores hoje presentes, munícipes, pessoas presentes, telespectadores, senhoras e senhores.

Em nome do Secretário Hamilton Bernardes Júnior, que infelizmente não pôde comparecer a esta Audiência Pública, eu trago aqui a palavra da Secretaria de Finanças no sentido de que estamos sim, Vereador Thiago Ferrari, muito preocupados e observando esse cenário em que infelizmente o pacto federativo que existe no Brasil se revela bastante ingrato com os Municípios.

Nós das três esferas da federação somos aquela que é mais exigida nos momentos de crise, não só na área de assistência, como também na área de saúde, na área de educação, enfim, e aquela que sente mais diretamente os efeitos da crise na sua arrecadação.

O ano passado, com toda a dificuldade, com toda a queda de arrecadação, a Secretaria de Finanças junto ao Executivo, ao Prefeito Jonas, conseguiu fazer ações e implementar a nossa arrecadação com aproximadamente R\$ 250 milhões que não estavam previstos. Foi a venda da folha, foi a renegociação da dívida com a União, foi

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

a repactuação de alguns contratos, ações que permitiram que o deficit não fosse tão grande.

Esse ano, no primeiro quadrimestre, o que a gente verifica é uma queda acentuada, em números reais, da arrecadação, preocupante, que estamos tomando todas as medidas necessárias para contornar isso. Volto a ressaltar esse aspecto que o Presidente trouxe muito bem, que a própria população já consegue perceber, que sem sombra de dúvida nesse ano o Município, e no ano seguinte também, o Município vai ser muito cobrado, muito exigido, de políticas, não só na área de assistência, volto a dizer, mas principalmente na área da educação e da saúde. O Prefeito Jonas está, sim, atento a essa questão.

No nosso orçamento, a execução de verbas para a saúde nos últimos três anos, a constituição fala em 15%, nossa lei fala em 17%, nós não investimos menos do que 22%, em cada ano. Então foram 22%, se eu não me engano, em 2013; 2014 já foram mais 24,5%; 2015 já foram quase 26 ou 27% investidos.

O Município está assim sendo exigido cada vez mais nessas áreas, e em contrapartida, o que é bastante cruel para as finanças públicas municipais, é que a arrecadação pela primeira vez na história se apresenta aí com projeção de dois anos de queda consecutiva, queda real de arrecadação.

Gente, desconheço um período do Município de Campinas onde a gente tenha verificado isso. Em 2014, quando foi feita a projeção orçamentária que foi apresentada aqui para 2015, já sentimos uma queda, porém ainda com um pequeno viés de crescimento; em 2015 já experimentamos uma queda real efetiva; e em 2016, o primeiro quadrimestre bem sombrio, de queda mais acentuada ainda. Por isso que tomamos o cuidado já para 2017 de tentarmos ser o mais realista possível com os números, prevendo, sim, um deficit primário, que fatalmente vai se verificar.

Mas o que eu posso trazer para os senhores é que a administração está empenhada em todos os seus níveis em buscar alternativas, não só de recursos, como também cortes de despesas, para que o dinheiro seja, cada vez mais, melhor aplicado em nosso Município.

Garanto aos senhores que é esse o nosso norte, é esse o nosso guia, e vamos fazer de tudo para que a gente consiga atravessar esses momentos de turbulências macroeconômicas e que não são aí algo restrito ao nosso Município, mas de maneira geral assola todo o nosso país, passar essa turbulência da maneira menos traumática possível, da maneira mais harmoniosa possível, e contando obviamente com a compreensão dos senhores, não só dos senhores vereadores dessa Câmara Municipal, como também dos munícipes, para a realidade que se apresenta em nosso país.

Feita estas considerações eu agradeço imensamente a presença de todos, e mais uma vez saúdo o Presidente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Agradeço.

O João quer usar a palavra? Fique à vontade.

Ele quer... O João vai fazer um esclarecimento, mas se o senhor quiser fazer um.... Depois eu volto para o senhor, tudo bem?

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: Bom, agradecendo aí, as perguntas sempre ajudam a gente aprimorar as nossas apresentações aqui.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias ela traça objetivos no sentido mais macro, e na Lei Orçamentária a gente acaba discutindo os pontos e os projetos e os recursos orçamentários para cada secretaria.

Destacamos na apresentação investimentos mais relevantes, nos entendemos mais relevantes, e que, assim, sempre acabam chamando mais a atenção do público aqueles investimentos que a Prefeitura vem fazendo.

Na área de assistência social nós não destacamos na nossa apresentação, mas peço desculpa, e numa próxima a gente vai procurar destacar os serviços relevantes também prestados pela Secretaria de Serviços Públicos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: Ah sim, desculpa, a Secretaria de Assistência Social.

Mas cabe informar que dentro do projeto de lei tem uma série de programas, objetivos e metas da Secretaria de Assistência Social. Dentro dela aqui a gente pode destacar aqui reformas de Espaços da Cidadania; tem também a construção de novas unidades; tem também a ampliação do cofinanciamento às entidades parceiras, as ONGs, tanto na atenção básica como na média complexidade.

Então são várias metas que tem na Assistência Social como o bolsa-auxílio, a implementação do LOAS... São uma centena mesmo de ações que tem dentro do projeto da Assistência Social. E só não foi destacado aqui em função da relevância que nós demos aí para investimentos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: O senhor pode...

SR. UBIRAJARA DIAS DE ANDRADE: Eu acredito que a resposta eu acabei de ter agora, é que nós queríamos ter contato e acesso a essas informações para que a gente possa estar contribuindo também com o fato.

E queria deixar registrado, embora não seja macro, e eu sei que a situação agora que está se falando são os valores dos macrovalores, são dos macrossentidos, mas, como Diretor do CEI – Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti, eu queria deixar registrado a necessidade dos múltiplos deficientes com mais de 30 anos.

É algo que nós estamos numa briga para que seja incorporado e que tenhamos carinho e acesso para com essas famílias e esses dependentes. Peço perdão, sei que isso não é macro, não está na lei orçamentária direto, mas é um daqueles itens que, com certeza, serão lembrados dentro do material. Agora, só gostaria de saber quando nós teríamos a possibilidade, da área de assistência ter acesso a essas informações.

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: O projeto de lei é para estar no Portal da Transparência. Eu pedi para consultar aqui, mas está no Portal da Transparência da Prefeitura, está.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Tem no site da Câmara também, abrindo, tem o projeto na íntegra. É, na internet também.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

E é importante até aproveitar a oportunidade para fazer algumas colocações específicas para que a gente possa também já ir trabalhando junto ao Executivo na elaboração do orçamento dessas questões mais específicas também. Então, importante.

SR. VEREADOR ANDRÉ VON ZUBEN: Só para completar, senhor Presidente, no portal da Câmara é só especificar que é a LDO. Tem que *[ininteligível]* como LDO 117 de 2016, aí você vai ter ela na íntegra para poder fazer a consulta, no caso do portal da Câmara.

SRA. LUCILENE FELIPE GOMES: Boa tarde, meu nome é Lucilene, eu venho representando a FEAC – a Federação das Entidades Assistenciais – e eu trago uma pauta que é bastante importante, que é a população jovem, mais especificamente a faixa etária de 15 a 29 anos, a qual ainda é bastante invisível aos olhos da sociedade, principalmente na questão da política pública.

Eu tenho aqui a Lei de Diretrizes Orçamentárias que prevê uma meta para 2017 que é o mapa da Juventude, e no Plano Plurianual consta também como Centros da Juventude. Recentemente foi criado, inclusive por essa Casa, o Conselho Municipal de Juventude junto com a Coordenadoria de Juventude, à qual não se tem um orçamento previsto nessa Coordenadoria para a execução da política pública destinada ao jovem.

E aí é assim: é muito difícil a gente construir uma política pública sem um orçamento, e conseqüentemente, inclusive, reduzir o índice de vulnerabilidade, de violência para essa população. Então eu trago essa pauta que é importante, que é uma população que ainda não está sendo assistida. A gente tem aí recentemente criado o Estatuto da Juventude, porém ainda muitas coisas estão no papel. De fato a gente não tem ações voltadas para esse público. Então eu trago essa pauta também para ser bastante olhada.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Muito obrigado.

SRA. REGIANE COSTA FAYAN: Boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Regiane, eu sou Conselheira Municipal de Assistência Social representando a sociedade civil.

Bom, eu tenho duas questões. Minha primeira pergunta: diante da atual crise que a gente acompanha no país, e a Secretaria de Finanças trouxe que isso também causa impacto aqui no Município, onde estão sendo feitas as reduções de gastos dentro da Prefeitura? Porque não é possível que seja feita redução de gastos nas pastas de Educação, de Assistência, de Saúde. Então essa é a minha primeira pergunta que eu faço à Mesa.

E a segunda colocação, que eu vou reiterar aqui as palavras da colega Carmem, a Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social. Bom, este ano foi destinada apenas 3% do orçamento municipal para a pasta, para política pública de assistência social, uma política tão importante como o próprio Vereador Thiago Ferrari traz.

Esse orçamento não é possível para a gente executar todos os serviços. A gente sabe que tem demanda reprimida, que necessita de muitos serviços ainda para a gente conseguir cumprir com essa política. Então eu trago aqui a importância dessa política, e de que ela está realmente sendo... ela pode ser prejudicada com esse atual Governo Federal e que o Município de Campinas ele tem sim uma militância, ele tem sim

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

peças que estão preocupadas com essa política pública, o Sistema Único de Assistência Social, e que não vai permitir o *primeira-damismo*, que ele volte dessa forma que está sendo colocado. Então, é essa a segunda colocação, e essa primeira questão que eu faço. Ok?

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Importante constar. Alguém quer se manifestar, aqui do Executivo, com relação as colocações?

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: Bom, agradeço a pergunta da Regiane do Conselho de Assistência.

Em relação à redução de gastos, o Governo Municipal tem feito diversas reuniões com o Secretariado para discutir a questão de redução de contratos. Então, um dos que já até saiu na imprensa foi o corte de veículos. Então, por exemplo, a Secretaria de Finanças tinha, se não me falhe a memória, quatro ou cinco veículos, porque tem fiscalização, tem uma série de serviços que é feito pela Secretaria de Finanças, e hoje, atualmente, a Secretaria está com apenas um veículo, e isso ocorreu em todas as pastas. E, assim, eu não tenho aqui os contratos para destacar, mas em sua grande maioria, assim, o corte é linear, em todas as secretarias.

Foi um pedido do Prefeito ao secretariado para ver onde é possível fazer corte ou reduzir o gasto, mas sem afetar a qualidade do serviço prestado à população. Então, hoje, atualmente, assim, são mais nos contratos de serviços onde houve a redução de gastos, e também, obviamente, ouvindo o secretário da pasta. Então nenhum serviço foi cortado. O que o Prefeito pediu foi essa redução de forma sem afetar o serviço prestado à população.

E em questão do percentual da política pública, você falou em 3%, eu não tenho esse número, mas é importante a gente destacar dentro do orçamento, o orçamento ele é composto de várias verbas: tem um recurso próprio da Prefeitura, que a Prefeitura tem como um recurso próprio uma média de arrecadação de R\$ 3 bilhões por ano, R\$ 3,300 bilhões, deve estar na faixa de R\$ 3,300 bilhões agora essa arrecadação, então tem que levar em conta quando se calcula, acho que a lei, a LOAS, ela prevê aí um teto de chegar a uma meta de 5%, se não me falha a memória, eu acho que essa é a meta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: Já passou para 7%, muito bem.

Tem que se levar em conta não o orçamento geral, porque o orçamento geral ele inclui recursos que eles são específicos de determinadas áreas. A própria Assistência tem recurso que é só dela; eu não posso falar para ela assim: "não, 25% você tem que dar para a Educação, ou 17% você tem que dar para a Saúde". Então esse cálculo tem que ser feito, mas levando em consideração a arrecadação própria do Município, não o orçamento como um todo. Porque o orçamento, ele prevê receitas vinculadas, receitas de operações de crédito compõe o total do orçamento, receitas do Fundeb que vão para a Educação, receitas específicas do SUS que vão para a saúde, e assim como a Assistência também que recebe recursos que vão direto para a Assistência, não passa pelo caixa geral do Município.

Então esse cálculo, até já tive algumas reuniões com a equipe da Secretária Jane, onde a gente já levantou esse problema. Porque, quando fala "ah, tem que ser

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

5% do orçamento, ou 7%”, como você informou agora, mas tem que se levar em consideração o orçamento próprio, a arrecadação própria do Município, e não o orçamento total do Município que está na peça orçamentária.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Obrigado. Próximo.

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: Só complementando aqui, o Fabinho está me informando aqui que da receita própria deu 4,5% o orçamento da Assistência para esse ano, 2016.

SRA. ELIANE JOCELAINE PEREIRA: Boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa e o público. Meu nome é Eliane Jocelaine, sou da assessoria do gabinete da Secretaria da Cidadania, Assistência e Inclusão Social.

Eu quero dizer aqui que há um enorme interesse da nossa Secretária e do Governo Municipal em tratar as questões de assistência com cada vez mais visibilidade. Nós temos reconhecido dentro da gestão o avanço que nós tivemos nessa gestão com relação a essa política, mas também reconhecemos a necessidade de um avanço maior.

Há um esforço por essa garantia da conjunção de esforços entre a sociedade civil e o poder público, para que nós consigamos atingir os objetivos de cada vez mais ampliar serviços e o atendimento à população em vulnerabilidade social.

Sabemos que a crise afeta em muito a questão econômica no Município. De fato essa crise também causa rebatimentos na questão da assistência social, porque, como já foi dito aqui um tanto quanto exaustivamente, é a política que comporta o atendimento e acolhida dessas pessoas que em primeiro lugar vão procurar o serviço de assistência, não esquecendo que a assistência deve ser tratada como uma política juntamente com as demais. Não existe política efetiva de assistência social sem uma política efetiva de cultura, de educação, e saúde. Então, destacar que não existe uma rivalidade entre políticas, mas entre uma busca de que essas políticas atuem harmonizadamente.

Com relação ao questionamento da Lucilene, da FEAC, eu só quero esclarecer que dentro da Secretaria de Cidadania nós temos três políticas públicas e duas funções. A Função 8, que trata de política de assistência social, e a Função 14 que trata de política de cidadania.

Todas as políticas de cidadania, incluindo a juventude, estão alocados nessa Função 14. Então assim, não tem um orçamento próprio para a juventude, mas tem um orçamento para uma função dentro da Secretaria para a juventude. É claro, Lucilene, que a estrutura ainda é recente da criação da Coordenadoria de Juventude, mas estamos trabalhando para que isso a gente consiga cada vez mais dialogar e ampliar, cada vez mais, as possibilidades dessa política.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Muito obrigado.

O Vereador Carlão do PT quer fazer uso da palavra? Algum Vereador aqui? Vereador Luiz Rossini? Vereador...

SR. VEREADOR CARLÃO DO PT: Bom, boa tarde, Vereador Thiago Ferrari, Presidente da Mesa de trabalho, aos nobres colegas e os servidores aqui participantes.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Eu acho que está correta as questões trazidas aqui, porque o ano passado nós já deixamos, tivemos que deixar fora da Secretaria de Assistência, políticas aprovadas aqui nessa Casa como o socorro que nós precisávamos dar, por exemplo, aos moradores de rua, um projeto aprovado aqui tão elogiado.

E para o ano que vem, para 2017, próximo orçamento, além deste e de outros que a sociedade aqui está levantando, tem o Centro de Referência que já foi aprovado. Então isso mostra a necessidade iminente de haver um aumento no orçamento da Secretaria de Assistência, e cortes. Com certeza nós temos cortes a fazer e principalmente acho que a Cultura é uma secretaria importante para a construção da cidade, mas a construção do teatro, por exemplo, eu acho que temos que adiar e adiar muito. Mas é importante que a gente possa debater aqui a possibilidade de cortes, inclusive nas empresas públicas onde o próprio Ministério Público já levantou a quantidade de comissionamento, que eu acho que precisa rever, e também em algumas políticas macro que estão aqui que podem ser adiadas.

Porque a política de assistência tende a agravar no próximo período, e no orçamento de 2016 ele já foi menor. Nós até propusemos aqui algumas emendas que não foram aprovadas, então seria importante que o mais urgente possível nós pudéssemos ter acesso ao conjunto das ações, para que a hora que chegar aqui na Casa a votação para a gente poder debater essas informações estejam mais atualizadas.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Muito Obrigado.

Vereador Luiz Rossini com a palavra.

SR. VEREADOR LUIZ ROSSINI: Boa tarde. Cumprimentar o Vereador Thiago Ferrari, que preside esta audiência, os representantes aqui do Executivo.

É claro que a Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta diretrizes gerais que devem orientar depois a elaboração do orçamento, e aí você vai trazer mais próximo possível da realidade.

Uma coisa que eu notei aqui, nas diretrizes, quando ela apresenta essa evolução de receita... a evolução da receita, por exemplo, para 2017 é uma previsão de crescimento de 10% da receita em relação a de 2016. A de 2016 está com valor de R\$ 4,900 bilhões e alguma coisa, e a de 2017 de R\$ 5,454 bilhões.

Primeira pergunta: se esses R\$ 4,900 bilhões já é o número ajustado em função da queda da receita que a gente está verificando, ou se ainda é o número... Me parece, assim, de sã consciência que a gente nós não vamos conseguir alcançar esse crescimento de receita para 2017 a menos que ele já seja considerado o realizado de 2016.

É claro que no orçamento a gente vai ter que fazer ajuste, mas se a gente já está pensando em dificuldades de distribuição de recursos para atender os programas com essa projeção de receita, imagine o sacrifício que será se a gente tiver que fazer esse ajuste. Então como é que está sendo pensado já a projeção da receita para 2017, aquilo que seja mais próximo do real? Porque, não sei se eu falei alguma coisa inadequada aqui, mas se esse valor de 10% esse R\$ 4,900 bilhões, que partido base 2016, é o que está no orçamento ou já é o orçamento ajustado? Porque se for o orçamento que nós aprovamos, e aí você depois tiver que reduzir para o que vai estar

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

acontecendo, pelo que todos falaram, quer dizer para 2017, então esse número vai estar muito fora da realidade.

Se está sendo feita essa consideração? Como é que a gente faz esse ajuste, para depois também a gente não colocar uma série de metas condicionada a uma receita que de antemão a gente sabe que não vai acontecer?

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Guztavo?

SR. GUZTAVO HENRIQUE ZUCATO: Com certeza depois o João vai poder explicar melhor a parte técnica, mas de maneira geral o que ocorre, nós temos dois anos aí de queda consecutiva do orçamento. Então a projeção para o próximo ano seria um caos três anos de queda consecutiva. Seria algo muito, assim, drástico para o Município.

E ,no cenário macroeconômico, as previsões são que a partir do início de 2017, do primeiro trimestre 2017, que comece a haver uma recuperação. E essa recuperação quando ela é de baixo para cima ela é diferente do que é de cima para baixo.

Explicando: se eu tenho 100 cai 20% eu cai para 80, se eu subir 20% dos 80, eu não chego nos 100. Entendeu? Então na verdade, o João vai poder explicar melhor a parte técnica dessa previsão, mas a gente estaria retornando ao orçamento praticamente de 2014, ok.

A grosso modo seria isso, mas o João acho que pode explicar melhor isso.

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: Só corrigindo um pouco o dado, na verdade na LOA está R\$ 5,059 bilhões. A administração direta deve estar em R\$ 4 bilhões e alguma coisa, R\$ 4,600 bilhões e alguma coisa. No total do orçamento, a Lei Orçamentária para 2016 é R\$ 5,059 bilhões.

Assim como teve a pergunta da Regiane, do Conselho de Assistência, em relação ao percentual de recurso para a política de assistência social, a gente tem que tomar um cuidado nessas avaliações.

O orçamento total ele inclui verbas vinculadas e verbas de recurso próprio. Então dentro do recurso próprio nós estamos considerando um crescimento nominal para o ano que vem, em 2017, de 3%. Se considerar que a inflação já está próximo dos 10%, a gente está calculando aí já uma perda de 7%. Então os estudos que fizemos, tanto daquilo que aconteceu nos últimos três anos, como já bem explicado pelo dr. Guztavo, que houve uma queda na arrecadação.

Por que é que ele fala que houve uma queda? Nominalmente, se pegar a arrecadação, principalmente a receita primária, vamos discutir a receita primária, ela teve um crescimento nominal de 5%, 5,3%. Mas quando você desconta daí a inflação ela ficou negativa. Nós fizemos uma simulação de cálculo não considerando a inflação mas considerando a Ufic, ela está mais próxima da gente, a queda foi de 0, ela ficou negativa. Quando eu comparo 2015 com 2014 ela ficou negativa em 0,89%, ou seja, 1%. Se eu considerar o mesmo valor arrecadado em Ufic em um ano com o ano seguinte houve uma queda de 1%.

Então é por isso que a gente está fazendo um cálculo onde que a receita própria ela nominalmente cresce 3% para 2017. E nisso você tem razão aí que vai estar a briga para fazer o orçamento, porque todo mundo vai querer a sua parte. A Assistência

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

está aí, você já viu, está em maior parte aqui, dentro dos presentes aqui, e depois tem a Saúde, tem a Educação. Então realmente para dividir o bolo do orçamento vai ser um fator aí de preocupação.

E, além disso, a gente tem as questões obrigatórias como... assim como a União está enfrentando hoje, o Estado também enfrenta, a gente tem o regime próprio de previdência que é deficitário. E esse ano passado nós pagamos R\$ 150 milhões de deficit, isso porque o Camprev teve um esforço grande lá de recuperação de contribuição de servidores que se aposentou no regime próprio, mas que contribuiu boa parte da sua vida no regime geral. Então ele conseguiu recuperar esses créditos junto ao regime geral, que possibilitou ele arcar com parte deste deficit, senão esse deficit passaria de R\$ 230 a R\$ 250 milhões no ano passado; e em função desse trabalho que eles fizeram lá foi possível ao município aí... do recurso do Município R\$ 150 milhões para cobrir o deficit do regime próprio.

Então é outro assunto que futuramente vai ter que discutir é essa questão do deficit, porque cada vez mais ele compromete também esse recurso que já é escasso no orçamento, e onde cada pasta tem aí a sua briga para levar uma fatia do bolo, mas você tem razão nisso que está colocando. Os cálculos da Secretaria já preveem um crescimento nominal pequeno, e na verdade quando você passa para o cálculo real ele é deficitário.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Obrigado.

Tem mais uma pessoa da plateia que gostaria de ser manifestar e daí a gente encerra.

SRA. JACIARA CRISTINA DA SILVA: Boa tarde, meu nome é Jaciara, eu faço parte do Conselho Municipal de Juventude, enquanto sociedade civil, e eu queria mais uma questão de esclarecimento, na verdade, para a Casa. Em relação a... aqui no próprio projeto de lei, na lei, fala que existe uma questão de participação e elaboração, que a sociedade civil tem que estar aqui participando e elaborando a construção desse orçamento.

E eu queria de saber de que forma isso vai se dar, uma vez que as reuniões... tanto que essa Audiência está acontecendo duas horas da tarde, no meio da semana. As pessoas trabalham, as pessoas estudam, têm várias atividades, hoje está acontecendo o 18 de Maio.

Então eu queria saber de que forma isso; vocês vão promover essas audiências, se terão outras audiências, para que de fato a população possa participar e contribuir com a construção do orçamento, uma vez que elas são as mais atingidas em virtude de todo o cenário político atual e econômico.

Uma outra questão que eu coloco, mais de esclarecimento também, porque não sei se foi falado no começo, é como é que são definidas essas prioridades? A partir até da fala do senhor... eu não sei o nome do senhor que acabou de falar, a maioria do público aqui é da Assistência, e a Assistência nem está como prioridade macro. Então, assim, de que forma que essas prioridades não descaracterizam o Esporte, a Cultura e a Educação também como prioridades, mas que de forma que essas outras políticas estão sendo vistas? E em especial para as questões que envolvem a juventude.

Eu acho que aqui em nenhum momento, tanto que na própria lei fala que a

prioridade da receita bruta para o orçamento é também as questões de criança adolescente, e em nenhum momento nessas metas maiores aqui do que eu acabei de receber, o PowerPoint acho que foi apresentado, eu vi nada que enfoque especificamente esse público além da educação. E uma questão mais além para a juventude: Que olhar que vocês estão dando em relação a isso? Eu não sei como que é definido, mais uma questão... por uma questão de esclarecimento mesmo.

E sobre a fala da pessoa, da Jocelaine, que falou sobre o orçamento que tem na Coordenadoria, eu vou procurar me familiarizar mais sobre isso, mas, assim, até onde eu sei eu desconheço que tenha qualquer tipo de orçamento dentro dessa Coordenadoria. Então até acho que depois eu preciso conversar com você. É isso.

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Tempo. Em primeiro lugar é importante ressaltar, principalmente nas questões sociais à juventude, e eu que sempre militei e a gente sempre trabalhou, e a gente sabe que principalmente na época de crise a juventude é a que mais sofre, e que também gera o maior tensionamento. A gente tem que acolher, tem que olhar então acho que é importante frisar.

Posso falar o nome dela? Até respondendo para ela, esqueci seu nome, desculpe.

SRA. JACIARA CRISTINA DA SILVA: Jaciara

SR. PRESIDENTE VEREADOR THIAGO FERRARI: Jaciara. Até respondendo, como forma de construção, posso colocar meu gabinete também à disposição para que a gente possa receber as demandas. Eu estou fazendo, realizando essa Audiência como, pela Comissão de Legalidade, por isso, se o Líder de Governo quiser tecer alguns comentários...

Mas é importante que os telespectadores que estão nos ouvindo, e o público presente, aproveite essa oportunidade. Mande as demandas para os vereadores também, entre em contato com o Executivo para que a gente possa trabalhar essas demandas específicas para que quando o orçamento vier aqui essas demandas já estejam contempladas. Mesmo porque, se deixar para última hora com emendas, eu entendo que, ainda mais em decorrência desse enxugamento do orçamento, fica muito difícil apresentar emendas.

Então é até importante deixar a gente ter uma posição factível, uma posição realista. Então agora é hora de se mobilizar, de apresentar as demandas, seja através de vereadores, seja através da entidade, associação que vocês representam junto ao órgão específico do Executivo, ou então encaminhando em conjunto aqui para a Câmara e para o Executivo, para que essas demandas específicas sejam olhadas e sejam discutidas, e não deixar para a última hora, esse é meu ponto de vista. Acho que a gente tem que ser realista, e tem que contemplar principalmente a juventude, que eu acho que é uma das partes mais vulneráveis da sociedade em decorrência dessa crise.

Não havendo mais pessoas a se inscreverem, eu agradeço mais uma vez a presença do Vereador Professor Alberto, meu ex-secretário aqui da Mesa; Vereador Pastor Elias Azevedo, Vereador Luiz Rossini, Vereador Carlão do PT, Vereador André von Zuben, o Vereador Marcos Bernardelli, que esteve presente aqui também; o

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 12ª Audiência Pública de 2016
Aos 18 de maio de 2016, às 14h11
No Plenário da Câmara Municipal de Campinas,
à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Vereador Zé Carlos, a Lucilene da FEAC; o Renato Barros, Diretor de Projetos, representando o Secretário Municipal de Infraestrutura; o Gustavo que está aqui representando o Hamilton Bernardes, Secretário de Finanças; o Ubirajara Andrade, do CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente; a Carmen, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social; o Jarbas, aqui representando o Vereador Artur Orsi; a Fabiana Gonçalves representando o Vereador Angelo Barreto; a Jandira Perim, representando o Vereador Jeziel Silva; a todos aqui presentes e aos telespectadores da TV Câmara. Muito obrigado.

E ressalto mais uma vez: é importante que agora a gente lute para as questões mais específicas para que as demandas específicas sejam discutidos no Executivo e que a gente possa fazer uma discussão de forma harmônica. Muito obrigado.

Declaro encerrada às 15 horas e 17 minutos.

[fim da transcrição]

Legenda:

(F) palavra escrita através da fonética, podendo ter a grafia incorreta

-- interrupção da fala

Aviso:

Nesta transcrição utilizam-se os nomes parlamentares em substituição a menções informais ou incompletas dos nomes dos vereadores.

Foi realizada revisão de concordância verbal e nominal.

Equipe:

Transcrição: Erivelton Carlos de Oliveira.

Edição: Mateus Zanetti.

Revisão: João Queiroz Fernandes Neto